

Apresentamos as Demonstrações Financeiras da **SÃO PAULO TURISMO S.A.**, acompanhadas das respectivas notas explicativas, pareceres dos Auditores Independentes e Conselhos, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014. As demonstrações estão elaboradas em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, com observância às normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), determinações legais e legislação societária vigente.

A Empresa

São Paulo Turismo S.A. está estabelecida no Parque Anhembi, à Avenida Olavo Fontoura, 1209, São Paulo/SP, às margens do Rio Tietê. Fundada em 1970, é uma empresa de capital aberto, tendo como acionista majoritário a Prefeitura do Município de São Paulo - PMSP com 97,6% das ações ordinárias. São atividades da empresa: 1) "Locação de espaços, do Complexo Anhembi e Autódromo de Interlagos, para eventos diversos, feiras de negócios e shows; 2) Planejamento e Fornecimento de Infraestrutura à Prefeitura do Município de São Paulo para realização dos diversos eventos que integram o calendário da cidade de São Paulo; 3) Planejamento e Execução de Programas de incentivo ao Turismo e à atração de turistas ao Município de São Paulo.

O **Anhembi Parque**, o maior e mais bem localizado complexo de eventos da América Latina, é composto por três grandes áreas para locação: O **Pavilhão de Exposições**, com 76.319 m² de área para exposição, recebe as maiores e mais importantes feiras realizadas na América do Sul. O **Palácio das Convenções**, um complexo de salas moduláveis, auditórios e halls distribuídos em 35.997 m², destacando o **Auditório Celso Furtado**, com 2.553 lugares e o **Auditório Elis Regina**, com 799 lugares e 6.500 m² de área de exposição. O **Pólo Cultural e Esportivo Grande Otelo**, "o Sambódromo", com mais de 100 mil m² para a realização de eventos, compreendendo a **Arena Anhembi** com 22.936 m² e capacidade para 30 mil pessoas, 10 setores com módulos de arquibancadas, infraestrutura de camarotes, sanitários, bares e pista de desfile (*Passarela Adoniran Barbosa*), a **Nova Arena Anhembi**, com 14.095 m² e capacidade para 24 mil pessoas e o novo e moderno Espaço Anhembi, com área total de mais de 10.000 m², ambientes amplos divididos em dois pisos, capacidade para 3.200 pessoas somada na área interna, com flexibilidade para a pista e arquibancada, comportando até 18.000 pessoas.

O **Autódromo José Carlos Pace**, conhecido como **Autódromo de Interlagos**, é administrado pela São Paulo Turismo desde 2005, decorrente do Termo de Permissão de Uso a Título Precário e Gratuito nº 3.711, da Prefeitura Municipal de São Paulo. Nesse complexo além da **Pista Principal**, que recebe os diversos eventos automobilísticos, entre os quais, o Grande Prêmio Brasil de Fórmula 1, hoje o único do circuito da fórmula 1 na América do Sul, temos também o **Kartódromo Ayrton Senna** e **Diversos Espaços Livres** que recebem shows musicais e outros eventos.

O **Terminal Turístico de Compras 25 de Março**, administrado pela São Paulo Turismo S.A. desde os anos 90, está localizado na Rua São Vito, s/n, no centro da cidade, com área de 7.000 m², incluindo via pública para manobras. Possui baias demarcadas e numeradas, sanitários com chuveiros, sala para guarda-volumes, salas de administração e de espera, telefones públicos e refeitórios para funcionários e salas para locação. Tem por objetivo fornecer ao turista, serviços de estacionamento e infraestrutura voltados ao incentivo das compras e visitação ao comércio na região. O Terminal recebe em média 400 ônibus por mês, provenientes de várias cidades e regiões do País.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

A São Paulo Turismo S.A., no ano de 2014 pode comemorar diferentes realizações, dentre estas destacamos a organização junto com a PMSP, do evento "Copa do Mundo de Futebol FIFA 2014", tendo a Cidade de São Paulo como palco da abertura e uma das subedes dos jogos. Outras realizações também em conjunto com a PMSP de grandes eventos que a cidade organiza e recebe, e que igualmente merecem destaque: **Natal Iluminado, São Paulo Fashion Week, Virada Cultural, Virada Esportiva, Carnaval, Grande Prêmio Brasil de Fórmula 1**, - fortalecem e determinam a permanência da Cidade de São Paulo entre os maiores centros de visitação do mundo.

A partir da administração e exploração comercial de seus equipamentos a São Paulo Turismo proporciona à cidade o recebimento das grandes feiras de negócios nos diferentes setores de atuação (Indústria Automotobilística, Construção Civil, Móveis, Couro, Maquinários em Geral, Medicina e Saúde, Papel e Celulose, Beleza,...) e, também, voltadas ao público em geral (Bienal do Livro e Salão do Automóvel, Artesanatos,...), e ainda eventos esportivos e culturais, shows musicais com artistas nacionais e internacionais.

A São Paulo Turismo S.A. tem a responsabilidade pela formulação da política, promoção e estruturação das atividades turísticas na cidade de São Paulo, com projetos voltados à divulgação da Cidade como pólo turístico, inclusive de negócios, tornando-se referência para o turista que busca lazer, cultura, eventos, estudos, shows, entretenimento, saúde, compras etc.

A realização da Copa do Mundo de Futebol FIFA Brasil 2014 foi um sucesso, com a cidade de São Paulo superando todas as expectativas em número de turistas recebendo mais de 540 mil no período do evento. Esse fluxo de turistas também colaborou para a ascensão em outros segmentos como lazer, cultura, compras, hotelaria.... No ano de 2014 foram estimados em 15 milhões os visitantes da cidade. A conquista de diversas premiações no setor turístico entre as quais como o melhor destino turístico do Brasil, e a colocação entre os principais destinos mundiais.

Alguns indicadores do turismo paulistano:
Arrecadação ISS (R\$ mi)

	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Mai	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Total
2014	22,2	17,7	21,5	22,8	22,6	25,6	21,3	22,3	22,9	23,8	23,4	24,7	270,8
2013	21,8	18,8	17,7	21,9	22,2	20,7	20,8	19,7	20,8	22,2	22,8	22,7	252,5

Ocupação Hoteleira (%)

	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Mai	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Total
2014	50,75	62,98	63,96	66,58	75,00	61,14	63,10	69,92	69,07	63,00	71,13	49,05	63,81
2013	52,96	58,88	70,98	71,94	67,85	70,15	64,18	68,09	69,43	70,22	71,39	50,48	65,55

Valor da Diária Média (R\$)

	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Mai	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Total
2014	307,97	311,21	324,99	338,04	313,53	398,18	361,04	325,53	325,91	312,39	334,24	279,56	327,72
2013	288,60	308,81	316,46	322,60	309,89	313,29	303,54	303,38	317,41	321,36	332,49	307,43	312,11

Estudo do Observatório do Turismo, núcleo de pesquisas da SPTuris, mostra crescimento de 7,25% na arrecadação de ISS do turismo (Imposto sobre Serviços do Grupo 13) em 2014 ante o ano anterior. Segundo dados da Secretaria Municipal de Finanças, o índice partiu de R\$87 milhões em 2005, atingiu R\$252 milhões em 2013 e bateu R\$271 milhões em 2014.

ANÁLISE DOS RESULTADOS - R\$ milhões

	2012	2013	2014
Receita Líquida	205,6	181,1	195,6
Despesas Operacionais	(198,4)	(180,3)	(185,4)
Resultado Operacional Antes do Resultado Financeiro	7,2	0,8	10,2
Resultado do Exercício	1,1	0,4	5,1

EBITDA (Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization): medida de desempenho operacional obtida pelo Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (LAJIDA).

Ainda que o EBITDA não expresse, de acordo com as práticas contábeis utilizadas no Brasil e nos Estados Unidos, uma medida do fluxo de caixa operacional, é aqui utilizado como indicador para medir nosso desempenho operacional. Adicionalmente entendemos que alguns investidores e analistas financeiros o utilizam com esse fim, ou seja, como indicador de desempenho operacional de uma companhia e/ou de seu fluxo de caixa.

Reconciliação EBITDA - R\$ milhões

	2012	2013	2014
Lucro (Prejuízo) Líquido	1,1	0,4	5,1
(+) IR, CSLL	1,3	1,0	-
(+) Despesa Financeira Líquida	4,8	(0,6)	5,0
(+) Depreciações e Amortizações	4,6	7,0	6,7
EBITDA	11,8	7,8	16,8

VALOR ADICIONADO

O valor adicionado em 2014 totalizou R\$ 110.227 mil. Desse montante R\$ 37.116 mil, equivalente a 17,1% das receitas obtidas e 33,7% do valor adicionado total, foram destinados aos governos federal, estadual e municipal na forma de impostos e contribuições.

Distribuição do Valor Adicionado:

- Remuneração do Trabalho = 60,1%
 - Remuneração do Governo = 33,7%

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES

Em atendimento à Instrução CVM nº 381, de 14 de março de 2003 e ao ofício circular CVM/SEP/SNC nº 02/2003 de 20 de março de 2003, informamos que durante o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014 os Auditores Independentes, UHY Moreira - Auditores, prestaram exclusivamente os serviços de auditoria externa para os quais foram contratados, não realizando quaisquer outros serviços que eventualmente pudessem criar conflito de interesses, perda de independência ou objetividade em relação aos trabalhos de auditoria.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Agradecemos a nossos clientes e fornecedores, pela confiança depositada, destacamos agradecimentos aos nossos acionistas, especialmente a Prefeitura do Município de São Paulo - PMSP, pela parceria e apoio recebidos, aos nossos funcionários e colaboradores pelo comprometimento na obtenção dos resultados apresentados.

São Paulo, 27 de março de 2015

Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(em milhares de reais)

Ativo	2014	2013	Passivo e patrimônio líquido	2014	2013
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes caixa (Nota 4)	37.730	29.234	Acordo PMSP/INSS	-	1.500
Contas a receber de clientes (Nota 5)	21.008	13.252	Fornecedores	14.728	19.092
Almoxarifado	516	203	Obrigações trabalhistas (Nota 8)	7.985	6.887
Outros valores a receber (Nota 6)	5.060	3.105	Obrigações tributárias (Nota 10)	5.475	5.530
Despesas antecipadas	721	694	Adiantamentos de clientes (Nota 11)	45.711	42.476
	65.035	46.488	Outras exigibilidades (Nota 12)	9.322	6.051
				83.221	81.536
Não Circulante			Não Circulante		
Depósitos judiciais	4.655	6.569	Acordo PMSP/INSS (Nota 9)	45.410	42.396
Imobilizado (Nota 7)	241.983	246.858	Obrigações tributárias (Nota 10)	64.412	61.644
Intangível	102	135	Provisões para contingências (Nota 13)	4.094	3.647
	246.740	253.562	Receita Diferida - ISS/IPTU (Nota 14)	26.179	27.513
				140.095	135.200
Total do ativo	311.775	300.050	Patrimônio Líquido		
			Capital social (Nota 15)	149.199	131.790
			Adiantamento para futuro aumento de Capital	1	17.409
			Reserva de reavaliação	122.241	123.220
			Prejuízos acumulados	(182.982)	(189.105)
				88.459	83.314
			Total do passivo e patrimônio líquido	311.775	300.050

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(em milhares de reais)

	Capital Social	Reservas de Capital	Reserva de reavaliação	Lucros/Prejuízos Acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2012	131.790	10.404	124.199	(190.496)	75.897
Adiantamentos para aumento de Capital	-	7.005	-	-	7.005
Realização da reserva de reavaliação	-	-	(1.288)	1.288	-
Realização de tributos sobre reserva de reavaliação	-	-	309	(309)	-
Lucro do Exercício	-	-	-	412	412
Saldos em 31 de dezembro de 2013	131.790	17.409	123.220	(189.105)	83.314
Ajustes de exercícios anteriores (nota 16)	-	-	-	929	929
Reversão de ajustes de exercícios anteriores (nota 16)	-	-	-	(929)	(929)
Aumento de Capital	17.409	(17.408)	-	-	1
Realização da reserva de reavaliação	-	-	(1.288)	1.288	-
Realização de tributos sobre reserva de reavaliação	-	-	309	(309)	-
Lucro do Exercício	-	-	-	5.144	5.144
Saldos em 31 de dezembro de 2014	149.199	1	122.241	(182.982)	88.459

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(em milhares de reais)

	2014	2013
Receita Operacional (nota 17)	197.555	181.746
Deduções da receita operacional	(1.969)	(629)
Receita Operacional Líquida	195.586	181.117
Despesas Operacionais		
Despesas administrativas (nota 18)	(182.078)	(184.311)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(3.342)	4.047
	(185.420)	(180.264)
Resultado Operacional antes do Resultado Financeiro	10.166	853
Resultado Financeiro		
Receitas/Despesas financeiras, líquidas	(5.022)	602
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	5.144	1.455
Imposto de Renda e Contribuição Social (nota 20)	-	(1.043)
Lucro líquido do Exercício	5.144	412
Lucro líquido por ação (Em reais)	0,99	0,09

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(em milhares de reais)

	2014	2013
Lucro líquido do exercício	5.144	412
Outros resultados abrangentes		
Realização da reserva de reavaliação	1.288	1.288
Tributos sobre a realização da reserva de reavaliação	(309)	(309)
	979	979
Resultado abrangente do período, líquidos de imposto de renda e contribuição social	6.123	1.391

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis

continua - *



São Paulo Turismo S.A.
Companhia Aberta
CNPJ nº 62.002.886/0001-60



DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PELO MÉTODO INDIRETO
EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

* continuação

	2014	2013
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	5.144	412
Ajustes - itens que não afetam o caixa:		
Depreciação e amortização	6.697	7.024
Juros e variações monetárias	2.812	4.330
Receita diferida realizada	(1.335)	(1.456)
Provisões para contingências	752	667
Variações nos ativos e passivos		
Clientes	(6.008)	1.019
Almoxarifado	(313)	364
Despesas antecipadas	(28)	(606)
Outros ativos	(1.788)	1.168
Fornecedores	(4.365)	(703)
Obrigações tributárias	1.587	(4.088)
Obrigações trabalhistas	622	(1.304)
Adiantamentos de clientes	(142)	8.902
Outros passivos	<u>6.649</u>	<u>(2.014)</u>
Caixa aplicado nas operações	10.284	13.715
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Aquisição/baixa de ativo imobilizado e intangível	(1.789)	(2.298)
Caixa aplicado nas atividades de investimentos	(1.789)	(2.298)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Integralização de adiantamento de Capital	(17.408)	-
Adiantamento para aumento de Capital	17.409	7.005
Caixa proveniente das atividades de financiamento	1	7.005
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	8.496	18.422
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	29.234	10.812
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	37.730	29.234
	<u>8.496</u>	<u>18.422</u>

	2014	2013
Receitas		
Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	216.919	200.774
Outras Receitas	3.355	4.047
Receitas Canceladas	(227)	(629)
Reversão (constituição) de provisão para devedores duvidosos	2.006	2
Não operacionais	-	-
	<u>222.053</u>	<u>204.194</u>
Insumos Adquiridos de Terceiros		
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(110.282)	(107.316)
Valor Adicionado Bruto	111.771	96.878
Retenções		
Depreciação e amortização	(6.697)	(7.024)
Valor Adicionado Líquido Produzido pela Empresa	105.074	89.854
Valor Adicionado Recebido em Transferência		
Receitas financeiras	5.153	7.457
Valor Adicionado Total a Distribuir	110.227	97.311
Distribuição do Valor Adicionado		
Remuneração do trabalho	66.296	62.211
Remuneração de Governos		
Federal	23.875	22.899
Municipal	13.241	10.658
	<u>103.412</u>	<u>95.767</u>
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros e aluguéis	1.671	1.130
Lucros retidos do exercício	5.144	412
	<u>6.815</u>	<u>1.542</u>
Valor Adicionado Distribuído	110.227	97.311

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A sociedade tem por objetivo a realização e/ou exploração direta ou indireta de exposições, feiras, eventos, carnaval, congressos, estacionamento e prestação de serviços para turismo e lazer.

A empresa é uma sociedade de capital aberto e seu acionista majoritário é a Prefeitura do Município de São Paulo.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com a legislação societária e com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que incluem estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas de créditos a receber, estimativas de valor justo de certos instrumentos financeiros, estimativas para a determinação da vida útil de ativos e provisões necessárias para passivos contingentes, portanto, os resultados efetivos podem ser diferentes destas estimativas e premissas.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emitiu pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade, sendo observados pela administração os seguintes pronunciamentos, aplicáveis na elaboração das demonstrações contábeis: CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos, CPC 03 (R2) - Demonstração do Fluxo de Caixa; CPC 04 (R1) - Intangível; CPC 12 - Ajuste a Valor Presente; CPC 16 (R1) - Estoques; CPC 24 - Evento Subsequente; CPC nº 25 - Provisões para passivos contingentes e ativos contingentes; CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis; CPC 27 - Ativo Imobilizado; CPC 30 (R1) - Receitas; CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade.

A moeda funcional utilizada pela Empresa é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações contábeis onde os valores são expressos em milhares de reais.

2.1 Demonstrações do Fluxo de Caixa (DFC)

Esta demonstração prevista no artigo 188 da Lei nº 6.404/76, foi elaborada pelo método indireto em consonância com as disposições contidas no Pronunciamento Técnico, CPC nº 03 (R2), aprovado pela Deliberação CVM nº 641/10 e pela Resolução do CFC nº 1.296/10 NBC TG 03 (R2).

2.2 Demonstrações do Valor Adicionado (DVA)

Esta demonstração está em conformidade com a Lei nº 11.638/2007, em consonância com as disposições contidas no Pronunciamento Técnico, CPC nº 09, aprovado pela Deliberação CVM nº 557/08 e pelas Resoluções do CFC nº 1.138/08 (NBC TG 09) e CFC nº 1.162/09.

A Demonstração do Valor Adicionado - DVA tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Empresa e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela São Paulo Turismo S.A., conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações contábeis. A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações contábeis e seguindo as disposições contidas no NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. A DVA, em sua primeira parte, apresenta a riqueza criada pela companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre a mesma, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia, e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, despesas financeiras, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Instrumentos financeiros - Os valores contábeis de ativos e passivos financeiros, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado. Durante os exercícios fiscais de 2014 e 2013 não foram realizadas operações com instrumentos financeiros derivativos;

b) Clientes - As contas a receber são registradas e mantidas nas demonstrações contábeis pelo valor nominal dos títulos. A Companhia efetuou análise específica quanto a efeitos em ajuste a valor presente, não identificando efeito significativo ou material. A Companhia constituiu perdas prováveis sobre o valor dos créditos que possuem liquidação duvidosa;

c) Almoxarifado - Os itens mantidos no almoxarifado estão registrados ao custo médio de aquisição, inferior aos preços de mercado;

d) Imobilizado - O imobilizado está avaliado ao custo reavaliado para terrenos, edifícios e benfeitorias, túnel de serviços e estacionamentos e pelo custo de aquisição para as demais contas. A depreciação é calculada pelo método linear, divulgada na nota explicativa nº 7, com taxas que levam em consideração o tempo de vida útil-econômica dos bens. Em consonância com as disposições contidas no Pronunciamento Técnico, CPC nº 1 (R1), aprovado pela Deliberação CVM nº 639/10, e pela Resolução CFC nº 1.292/10 (NBC TG 01) (R1).

e) Intangível - Os ativos intangíveis compreendem marcas, patentes e direitos de uso de software, segundo as disposições contidas no Pronunciamento Técnico, CPC nº 04 (R1), aprovado pela Deliberação CVM nº 644/10 e pela Resolução do CFC nº 1.303/10 (NBC TG 04) (R1);

f) Redução ao valor recuperável - A Companhia analisou o valor contábil líquido dos ativos imobilizados e intangível durante o ano de 2014 com o objetivo de identificar eventos ou mudanças das circunstâncias econômicas operacionais ou tecnológicas que possam indicar a deterioração, obsolescência ou perda de seu valor recuperável. Com base nas análises efetuadas, não foram identificadas evidências que requereriam ajustes para perda por redução de seu valor de recuperação. Em consonância com as disposições contidas no Pronunciamento Técnico, CPC nº 1 (R1), aprovado pela Deliberação CVM nº 639/10, e pela Resolução CFC nº 1.292/10 (NBC TG 01) (R1).

g) Adiantamentos de clientes - A empresa recebe antecipadamente parte do valor contratado pela locação de suas instalações. O saldo desta conta refere-se ao montante já recebido de locações para eventos que serão

realizados em períodos futuros. Os contratos incluem cláusulas de rescisão, hipótese que prevê a não devolução desses adiantamentos;

h) Demais contas do ativo circulante e ativo não circulante - São demonstrados por valores conhecidos e calculáveis;

i) Passivo circulante e passivo não circulante - São demonstrados por valores conhecidos e calculáveis;

j) Provisão para Contingências - Corresponde à provisão para eventuais perdas prováveis nas questões em demanda judicial, cujos valores relativos aos respectivos processos encontram-se atualizados até a data do balanço. A contrapartida destes valores está registrada no resultado do exercício. Em conformidade ao Pronunciamento Contábil CPC nº 25, deliberação CVM nº 594/09 e aprovado pela Resolução do CFC nº 1.180/09 (NBC TG 25);

k) Reserva de reavaliação - Conforme facultado pela Lei nº 11.638/07 a Companhia decidiu pela manutenção do saldo da reavaliação de ativos existente em 31 de dezembro de 2007.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Caixa e equivalentes de caixa incluem o dinheiro em caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor.

	2014	2013
Caixa	32	45
Bancos	3.839	7.293
Aplicações financeiras	<u>33.859</u>	<u>21.896</u>
	<u>37.730</u>	<u>29.234</u>

As aplicações financeiras de curto prazo são representadas basicamente por fundo de renda fixa junto a instituição financeira de primeira linha.

5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	2014	2013
Clientes no País	6.800	8.109
Partes relacionadas (Prefeitura de São Paulo)	17.880	10.822
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	<u>(3.672)</u>	<u>(5.679)</u>
	<u>21.008</u>	<u>13.252</u>

Referem-se a valores a receber de clientes e estão reduzidos, mediante provisão, aos seus valores prováveis de realização. As transações efetuadas com a parte relacionada Prefeitura de São Paulo, a qual é a acionista majoritária, são feitas em condições semelhantes às que seriam aplicadas entre partes não relacionadas e se referem à prestação de serviços que constituem o objeto social da empresa. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente para

7. IMOBILIZADO

	2014	2013
Terrenos	-	121.123
Edifícios e benfeitorias	2,00 a 10,00%	119.133
Túnel de serviços	4,14%	4.288
Estacionamento	3,45%	10.918
Ruas, praças e jardins	3,03 a 25,00%	3.009
Instalações	10%	20.142
Máquinas e equipamentos	20% e 10%	6.149
Veículos	20%	1.332
Móveis e utensílios	10%	6.890
Outros ativos fixos	20% e 10%	1.689
Construções em andamento	-	588
	<u>295.261</u>	<u>(53.278)</u>

A movimentação do imobilizado está demonstrada a seguir:

	2014	2013
Saldo no início do exercício	246.858	251.523
Adições		
Edifícios e Benfeitorias	-	29
Estacionamento	-	10
Instalações, máquinas e equipamentos	119	41
Veículos	564	-
Móveis e utensílios	25	26
Máquinas e equipamentos	519	4
Outros ativos	1	10
Construções em andamento	<u>548</u>	<u>2.292</u>
Total das adições	1.776	2.412
Baixas		
Estacionamento	-	(72)
Máquinas e equipamentos	-	(41)
Total das baixas	-	(113)
Depreciações	<u>(6.651)</u>	<u>(6.964)</u>
Saldos no fim do exercício	<u>241.983</u>	<u>246.858</u>

Teste de redução ao valor recuperável de ativos - "impairment" Em conformidade ao Pronunciamento Técnico, CPC nº 01 (R1), "Redução ao Valor Recuperável de Ativos", aprovado pela Deliberação CVM nº 639/10, e pela Resolução do CFC nº 1.292/10 (NBC TG 01) (R1), os itens do ativo imobilizado que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, são revisados para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização. A menor unidade geradora de caixa da Companhia para avaliar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização, corresponde à empresa como um todo. A Administração efetuou análise do correspondente desempenho operacional e financeiro de seus ativos, bem como não identificou eventos ou mudanças de circunstâncias, e concluiu que, em 31 de dezembro de 2014, não existiam evidências de ativos corpóreos com custos registrados superiores aos seus valores de recuperação.

Esclarecemos que não foi elaborado laudo por entidade independente para o ano de 2014, o qual depende do estudo interno da viabilidade de inserção do serviço em processo de licitação. No entanto, estamos alguns itens relevantes do imobilizado, em especial terrenos, edifícios e benfeitorias, não verificando a ocorrência de eventos ou alterações nas circunstâncias que indiquem que o valor contábil pode não ser recuperável.

administração para fazer face a eventuais perdas na realização das contas a receber.

O quadro a seguir apresenta os saldos de contas a receber por idade de vencimento:

	2014	2013
A vencer	16.476	10.644
Vencidos até 30 dias	1.034	396
Vencidos de 31 a 60 dias	24	904
Vencidos de 61 a 90 dias	413	121
Vencidos de 91 a 120 dias	478	542
Vencidos acima de 120 dias	6.256	6.324
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	<u>(3.673)</u>	<u>(5.679)</u>
	<u>21.008</u>	<u>13.252</u>

6. OUTROS VALORES A RECEBER

	2014	2013
COFINS a compensar	756	749
PIS/PASEP a compensar	198	161
IRPJ a compensar	1.065	-
CSLL a compensar	144	19
IRRF a compensar	2.308	1.746
INSS a compensar	18	8
Adiantamentos a funcionários	500	342
Outros créditos	1.984	1.993
Provisão devedores duvidosos	<u>(1.913)</u>	<u>(1.913)</u>
	<u>5.060</u>	<u>3.105</u>

Os créditos de COFINS e PIS referem-se a pagamento indevido da COFINS e do PIS sobre receita de cessão de áreas contabilizadas em duplicidade em 12/2011, especificamente os contratos de nº 252/07, 275/07, 270/07, 279/07 e 312/07. Este erro contábil foi objeto de ressalva no ITR de 31/03/2012 pelo fato de a retificação ter ocorrido no resultado daquele trimestre. A Comissão de Valores Mobiliários - CVM, mediante o ofício SEP/GEA-5/247/2012 solicitou esclarecimentos quanto a ressalva, os quais prestamos no Comunicado ao Mercado transmitido ao site do referido órgão, em 24/08/2012. Na publicação das demonstrações contábeis referentes a 31/12/2012, as demonstrações contábeis de 31/12/2011 foram republicadas e contemplaram as retificações dos erros de forma retrospectiva, no devido período de competência.

O IRPJ a compensar refere-se ao imposto retido sobre as receitas de prestação de serviços e sobre aplicações financeiras durante o ano-calendário de 2014.

	Líquido	
Taxas anuais de Depreciação	Custo Atualizado	Depreciação acumulada
	2014	2013
-	121.123	121.123
2,00 a 10,00%	119.133	(24.432)
4,14%	4.288	(1.422)
3,45%	10.918	(2.175)
3,03 a 25,00%	3.009	(992)
10%	20.142	(11.888)
20% e 10%	6.149	(3.930)
20%	1.332	(815)
10%	6.890	(5.975)
20% e 10%	1.689	(1.649)
-	588	-
	<u>295.261</u>	<u>(53.278)</u>
	<u>241.983</u>	<u>246.858</u>

Ao contrário, em nossos testes verificamos que esses itens estão contabilizados com valores inferiores aos de mercado.

8. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

	2014	2013
Obrigações com pessoal	5	76
FGTS	436	-
INSS empresa	684	250
INSS retido	680	857
Provisão de férias	6.008	5.704
PIS	172	-
	<u>7.985</u>	<u>6.887</u>

9. ACORDO PMSP/INSS

Em 31 de janeiro de 2003 o INSS consolidou a dívida da administração direta e indireta da Prefeitura de São Paulo, incluindo a São Paulo Turismo S/A. O equacionamento da dívida com o INSS foi feito por negociação direta da Prefeitura do Município de São Paulo, acionista majoritária da São Paulo Turismo S/A - SPTur, sendo o total da dívida da PMSP e suas empresas pagos através da retenção do Fundo de Participação dos Municípios - FPM. Nessa negociação o pagamento está ajustado em 240 meses, com a São Paulo Turismo S/A participando através de um percentual da média ponderada do total da dívida das empresas da PMSP. Os montantes pagos em 2014 e 2013 foram respectivamente R\$ 1.325 e R\$ 1.679. Desde a consolidação, foram pagas 139 parcelas. O saldo devedor, de R\$ 45.410 incorpora juros baseados na TJLP.

10. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

	2014	2013
Circulante		
Prefeitura de São Paulo (IPTU/ISS)	294	8
Parcelamento IPTU/ISS	3.090	2.784
Receita Federal:		
• Cofins a pagar	791	555
• Impostos retidos	1.300	1.141
• IRPJ a recolher	-	792
• CSLL a recolher	-	250
	<u>5.475</u>	<u>5.530</u>
Não circulante		
IPTU/ISS e respectivos parcelamentos	56.109	53.341
IRPJ e CSLL sobre reserva de reavaliação	8.303	8.303
	<u>64.412</u>	<u>61.644</u>
Circulante e não circulante	69.887	67.174

continua

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

* continuação

Em 23/06/2006 a empresa aderiu ao Programa de Parcelamento Incentivado - PPI, instituído pela Lei Municipal 14.129/06, pelo qual as obrigações desde 1991 para o IPTU, e desde 1997 para o ISS foram parceladas em até 347 meses à taxa de juros SELIC. Em 2014 e 2013 foram pagos R\$ 2.903 e R\$ 2.652 respectivamente. Desde a consolidação, foram pagas 102 parcelas e o saldo devedor em 31/12/2014 era de R\$ 58.783.

11. ADIANTAMENTOS DE CLIENTES

	2014	2013
Pavilhão de Exposições	39.612	34.410
Palácio das Convenções	3.915	5.045
Pólo Cultural	2.051	2.332
Auditório Elis Regina	64	201
Autódromo de Interlagos	69	309
Contratos de mídia	—	179
	45.711	42.476

12. OUTRAS EXIGIBILIDADES

	2014	2013
Carnaval a realizar	4.239	909
Obrigações com a PMSF	3.318	4.217
Recursos municipais e federais - fomento ao Turismo	430	—
Outras contas diversas	1.335	925
	9.322	6.051

13. PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

13.1. Em 2014, a Companhia possuía diversos processos em andamento de natureza trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades. Constituímos as contingências consideradas como perda provável, com base nos pareceres apresentados pelos assessores jurídicos. As provisões foram constituídas em conformidade com o Pronunciamento CPC nº 25, deliberação CVM nº 594/09, aprovado pela Resolução CFC nº 1.180/09 (NBC TG 25).

A movimentação das provisões está demonstrada a seguir:

	2014	
	Cíveis	Trabalhistas
Saldo no início do exercício	2.099	1.548
Aumento nas provisões existentes	831	1.450
Valores baixados	(1.401)	(433)
Saldos no final do período	1.529	2.565

Não Circulante

Tipo de Ação	2014	2013
Ações Trabalhistas	2.565	1.548
Ações Cíveis	1.529	2.099
Totais	4.094	3.647

13.2. Contingências com possíveis perdas

Em conformidade com os itens 27 a 30 do Pronunciamento Técnico, CPC nº 25, aprovado pela Resolução CFC nº 1180/2009 (NBC TG 25), a companhia não deve reconhecer contabilmente um passivo contingente, conforme definido no item 13 do referido Pronunciamento. Assim, para cada classe dessa espécie de passivo, na data do balanço, deverá ser divulgada apenas em nota explicativa uma descrição sumária da natureza do referido passivo, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Tipo de Ação	2014	2013
Ações Trabalhistas (*)	—	—
Ações Cíveis (**) (***)	44.897	42.824
Totais	44.897	42.824

(*) Para possíveis perdas trabalhistas, os assessores jurídicos da Companhia, têm a informar que os eventuais débitos somente são fixados por ocasião da liquidação da sentença, seja em execução provisória ou definitiva. Entendeu-se por bem, delimitar apenas os casos em execução, dos quais podem ter idéia de valor aproximado de condenação. Em vista disso, somente foram inseridos os casos de classificação provável, os quais realmente poderão ser desembolsados pela empresa em 2014.

(**) Em 05/02/2010 foi homologado acordo para o processo de Ação de

Cobrança nº 000040272877 movido por São Paulo Transporte S/A. Esta empresa é controlada pela Prefeitura de São Paulo, portanto, encontra-se sob o mesmo controle acionário. O objeto da ação são notas de débitos emitidas entre 1997 e 1998. O equacionamento do débito foi mediante autorização da Prefeitura de São Paulo para repasse à conta do Sistema de Transporte Coletivo. Outro processo movido pela São Paulo Transportes S/A, referente à cobrança por serviços prestados nos eventos do Carnaval de 1984 a 1997, no montante estimado de R\$ 33.139, foi avaliado como de possível perda.

(***) Em 27/11/13, foi obtida liminar para suspender a execução da sentença referente ação movida por Ética Recursos Humanos e Serviços, a mesma estava em execução, foi ajuizada ação rescisória visando desconstituir o acórdão, onde foi obtida tal liminar. Por conta disso foi alterada a sua classificação de provável (junho de 2013- 2º ITR) para possível (novembro/2013). Montante estimado em 31/12/2014: R\$ 6.742.

14. RECEITA DIFERIDA - ISS/IPTU

O benefício da redução de 50% da multa e 100% dos juros de mora da adesão ao PPI, instituído pela Lei Municipal 14.129/06, relativos a tributos municipais de 1991 a 2004, foram registrados como Receita Diferida, em razão da possível exclusão do PPI e do restabelecimento dos valores das multas e juros, reduzidos na forma da legislação pertinente, caso haja inadiplência por mais de 60 dias (artigo 9º, § 1º e 2º). Assim, segundo dispõem os artigos 117 da Lei nº 5.172, de 1966 (CTN) e artigo 125 da Lei nº 10.406, de 2002 (Código Civil) os atos ou negócios jurídicos, reputam-se perfeitos e acabados, quando a condição for suspensiva, desde o momento do seu implemento.

15. CAPITAL SOCIAL

	Quantidades em 31/12/2014			Valores	
	Ações Ordinárias	Ações Preferenciais	Total	2014	2013
Autorizado	6.154.605	786.418	6.941.023	199.972	199.972
A subscrever	(1.086.613)	(666.714)	(1.753.327)	(50.515)	(67.924)
	5.067.992	119.704	5.187.696	149.457	132.048
A integralizar	(3.368)	(5.609)	(8.977)	(258)	(258)
Integralizado	5.064.624	114.095	5.178.719	149.199	131.790

A empresa contava com aproximadamente 3.550 acionistas em 31/12/2014. Os códigos de cotação na bolsa são AHEB3 para ações ordinárias, AHEB5 para ações preferenciais A e AHEB6 para ações preferenciais B. O último preço cotado indicado no site www.bmfbovespa.com.br, na consulta ao link "Cotação Rápida" era de R\$ 19,50 para as ações ordinárias em 27/05/2013, R\$ 20,01 para as ações preferenciais "A" em 07/01/2014 e R\$ 35,01 para as ações preferenciais "B", em 13/04/2012.

16. AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Em 31/05/2014 foram realizados ajustes nas contas de IRPJ e CSLL sobre reserva de reavaliação, atribuindo-se o montante de R\$ 929 a resultados de exercícios anteriores. Após uma revisão do procedimento, verificou-se que os ajustes caberiam tão somente a contas patrimoniais de controle dos referidos tributos, e não deveriam ser atribuídos a resultados de quaisquer períodos, pelo que os ajustes indevidos foram revertidos.

17. APRESENTAÇÃO DA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO (DRE) - PADRÃO INTERNACIONAL DE CONTABILIDADE

A DRE publicada atende às disposições contidas no Pronunciamento Técnico, CPC nº 30 (R1), aprovado pela Resolução CFC nº 1.412/12, aprovado pela Deliberação CVM nº 692/12, a qual determina que as quantias cobradas por conta de terceiros - tais como tributos sobre vendas, tributos sobre bens e serviços e tributos sobre o valor adicionado não devem ser computadas como receita na divulgação da referida demonstração. A norma tributária (artigos 279 e 280 do Regulamento do Imposto de Renda de 1999 - RIR/99) determina que a Receita Líquida, representa o montante da Receita Bruta deduzido das vendas canceladas, dos descontos concedidos incondicionalmente e dos impostos incidentes sobre vendas, assim,

perante a referida legislação, a parte inicial da DRE publicada, deveria ser apresentada da seguinte forma:

	2013	2013
Receita Operacional Bruta	218.767	200.774
Impostos (PIS, COFINS, ISS)	(21.212)	(19.028)
	197.555	181.746
Deduções da receita bruta	(1.969)	(629)
Receita Operacional Líquida	195.586	181.117

18. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

As despesas administrativas se constituíram da seguinte forma:

	2014	2013
Remunerações, encargos e benefícios	77.582	75.089
Prestadores de serviços	61.655	40.285
Ocupação e manutenção	38.153	35.475
Publicidade	6.847	16.473
Provisões	(7.112)	6.524
Outros	4.953	10.465
	182.078	184.311

Referem-se a gastos aplicados nas atividades operacionais da empresa e sua missão para a Administração como Secretaria de Turismo. Quanto as despesas com Publicidade, também incorpora os gastos com a divulgação da Cidade de São Paulo para o Turismo. As Provisões também incorporam gastos quando são realizados os eventos, embora as origens e aplicações dos recursos ocorram em outro período.

19. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

A remuneração do pessoal-chave da administração da Companhia no período foi de R\$ 2.857 (R\$ 3.252 em 2013).

20. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Conforme mencionado na nota 18, em 2013 ocorreram despesas com provisões não dedutíveis que foram adicionadas para fins de apuração destes impostos. Em 2014, face à reversão destas provisões não dedutíveis, as mesmas não deverão ser tributadas, de forma que foram excluídas para fins de apuração destes impostos, não gerando a despesa para 2014.

21. SEGUROS (NÃO AUDITADO)

Os valores segurados são determinados e contratados em bases técnicas que se estimam suficientes para cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros, e as principais coberturas são:

Objeto do seguro	Modalidade	2014	2013
Imobilizado:			
Prédios, máquinas, computadores, móveis e utensílios (dano máximo provável)	Riscos diversos	94.750	101.500
Veículos	Casco, Terceiros, Responsabilidade Civil	Valores de mercado	Valores de mercado

22. ALTERAÇÕES PROVOCADAS PELA MP Nº 627, DE 2013, CONVERTIDA NA LEI 12.973 EM 13/05/2014

Em 13 de maio de 2014 a MP 627, de 2013 foi convertida na Lei 12.973 e as novas regras tributárias estabelecidas pela referida Lei serão obrigatórias a partir de 01/01/2015. Com a possibilidade de opção de aplicação antecipada a partir de 01/01/2014, a São Paulo Turismo S/A, de forma irrevogável e irretroativa, de acordo com as disposições dos artigos 1º e 2º e 4º a 70 desta Lei, adotou a aplicação para o ano-calendário de 2014.

23. EVENTOS SUBSEQUENTES

A Sociedade analisou os eventos subsequentes até 17 de março de 2015, que é a data de entrega, por sua diretoria, da carta da gerência relativa às presentes demonstrações contábeis. Não houve acontecimento relevante.

24. AUTORIZAÇÃO DE CONCLUSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Foi autorizada pelo Diretor Administrativo, Financeiro e de Relação com Investidores, Sr. Domério Nassar de Oliveira, a conclusão da preparação destas demonstrações contábeis em 17 de março de 2015.

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Pelo presente instrumento os Diretores da São Paulo Turismo S.A., para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, declaram que:

(i) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório da UHY - Moreira Auditores, datado de 17 de março de 2015, relativamente às demonstrações contábeis da São Paulo Turismo S.A., referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2014.

(ii) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis da São Paulo Turismo S.A. relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2014.

São Paulo, 27 de março de 2015

WILSON MARTINS POIT - Diretor Presidente

ITALO CARDOSO ARAUJO - Diretor Vice-Presidente

DOMÉRIO NASSAR DE OLIVEIRA

Diretor Administrativo, Financeiro e de Relação com Investidores

JOSÉ DANIEL MONTEIRO MOREIRA

Diretor Representante dos Empregados

ALCINO REIS ROCHA - Diretor de Infraestrutura

TATIANA SILVA GIATTI - Diretora de Marketing e Vendas

NELIANE CASIMIRO DA SILVA - Diretora de Eventos

LUCIANE FARIAS LEITE - Diretora de Turismo e Entretenimento

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os abaixo assinados, membros do Conselho Fiscal da São Paulo Turismo S.A., em reunião, examinaram as Demonstrações Contábeis do exercício encerrado aos 31 de dezembro de 2014, com base nos acompanhamentos realizados durante o exercício financeiro, e à vista do relatório dos auditores da UHY Moreira - Auditores, são de parecer que os referidos documentos refletem a situação econômica e financeira da Empresa, em 31 de dezembro de 2014, razão pela qual recomendam sua aprovação pela Assembleia Geral dos Senhores Acionistas.

São Paulo, 30 de março de 2015

CARLOS ROBERTO BARRETTO

FÁBIO ALVES CORREIA

MARCELO PIERANTOZZI GONÇALVES

ODAIR HENRIQUE NETO

PRISCILIA CRISTINA PEREIRA CARDOSO SILVA

CONTADOR

KOITI KODAMA - Contador - CRCCT nº 1SP150004/O-4

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Examinamos as demonstrações contábeis da São Paulo Turismo S/A, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da São Paulo Turismo S/A é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objeto de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidências a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da São Paulo Turismo S/A para planejar os

procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da São Paulo Turismo S/A. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas, quando lidas em conjunto com as notas explicativas que as acompanham, apresentam adequadamente, em seus aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da São Paulo Turismo S/A em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Parágrafos de ênfase

De acordo com a nota explicativa nº 3, letra "f", a Companhia analisou o valor contábil líquido dos ativos imobilizados e intangível durante o exercício de 2014 com o objetivo de identificar eventos ou mudanças das circunstâncias econômicas operacionais ou tecnológicas que possam indicar a deterioração, obsolescência ou perda de seu valor recuperável. Com base nas análises efetuadas, não foram identificadas evidências que requereriam ajustes para perda por redução de seu valor de recuperação. Conforme mencionado na nota explicativa nº 7, não foi elaborado laudo por entidade independente para o ano de 2014, o qual depende do estudo interno da viabilidade de inserção do serviço em processo de licitação. No entanto, testamos alguns itens relevantes do imobilizado, em especial terrenos, edifícios e benfeitorias, não verificando a ocorrência de eventos ou alterações nas circunstâncias que indiquem que o valor contábil pode

não ser recuperável. Ao contrário, em nossos testes verificamos que esses itens estão contabilizados com valores inferiores aos de mercado. Nossa opinião não contém modificação em função deste assunto.

Conforme descrito na nota explicativa nº 19, em 13 de maio de 2014 a MP 627, de 2013 foi convertida na Lei nº 12.973 e as novas regras tributárias estabelecidas pela referida Lei serão obrigatórias a partir de 01/01/2015. Com a possibilidade de opção de aplicação antecipada a partir de 01/01/2014, a São Paulo Turismo S/A, de forma irrevogável e irretroativa, de acordo com as disposições dos artigos 1º e 2º e 4º a 70 desta Lei, adotou a aplicação para o ano-calendário de 2014. Nossa opinião não contém modificação em função deste assunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, elaborada sob a responsabilidade da administração da São Paulo Turismo S/A, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e como informação suplementar pelas IFRSs que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

São Paulo, 17 de março de 2015

Diego Rotermond Moreira

Contador CRC 1 RS 68603 S SP

CNAI Nº 1128

Sócio - Responsável Técnico

UHY Moreira - Auditores

CRC 2 RS 3717 S SP

rec:7860907

KELLY HIDROMETALURGICA LTDA., torna público que recebeu da CETESB a Licença Prévia e de Instalação Nº 14001150 e requereu a Licença de Operação para Válvulas, torneiras e registros hidráulicos metálicos produção de, sito à RUA R: WALMYR DE OLIVEIRA VERDI, 200, DIST. INDUSTRIAL, SÃO JOSÉ DO RIO PRETO/SP.

rec:7860908

JW MADEIRAS LTDA EPP, torna público que recebeu da CETESB a Licença de Operação Nº 6007962, válida até 23/03/2019, para Madeira serrada ou desdobrada produção de, sito à RODOVIA BUNJIRO NAKAO KM 63, SP 250, GRANJA VOTORANTIM IBIUNA/SP.

rec:7860909

TECNOSTEEL EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS EIRELI, torna público que requereu da Cetesb a Licença Prévia e a de Instalação para fabricação de peças para máquinas e equipamentos de uso específico, sito à Av. Das Indústrias nº 497, Pq. Industrial Getulio Vargas I Mogi Guaçu/SP.